

CONSTITUINTE

ANC p8

Limite para tributação de heranças fica para a legislação ordinária

Na sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte, quando foi criado o adicional de 5% do Imposto de Renda sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital pago pelas pessoas físicas e jurídicas, também ficou estabelecido que caberá ao Senado Federal fixar os limites máximos para a cobrança de impostos de herança e doação por parte dos estados e do Distrito Federal, segundo a EBN.

Isso aconteceu depois que o plenário da Constituinte rejeitou uma emen-

da do deputado José Elias (PTB-MS), por 372 votos contra dezesseis a favor e duas abstenções, e acabou mantendo o dispositivo imaginado pelo "Centrão". Ontem, ainda, foi aprovada uma emenda do deputado Nion Albernaz (PMDB-GO), com 358 votos a favor, doze contra e seis abstenções, que mantém um mecanismo criado na Comissão de Sistematização, que exclui da cobrança de impostos, pelos municípios, a venda de óleo diesel no varejo.

Dias sugere que mandato não entre em votação

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

Para o governador do Paraná, Alvaro Dias, o mandato do presidente José Sarney deve ser de cinco anos e a questão não deve ser votada pela Assembléia Constituinte, porque ela já decidiu que este será o tempo do mandato dos futuros presidentes da República. Dias, que esteve ontem em São Paulo para participar de um debate na Federação do Comércio do estado, defendeu o apoio dos governadores a Sarney e criticou os dissidentes do PMDB, chamando-os de "insinceros".

"Se a Constituinte já decidiu que o mandato dos presidentes será de cinco anos, então o mandato do presidente Sarney é de cinco anos e não deve ser termo das disposições transitórias", defendeu o governador paranaense, dizendo também ser contrário ao

mandato de seis anos para Sarney. "Eu gostaria que houvesse eleições neste ano, mas o País tem outras prioridades como a elaboração das Constituintes estaduais, que ficariam prejudicadas com a eleição presidencial."

O governador classificou de "naturais" as dissidências no PMDB e disse que elas estão ocorrendo por falta de espaço no partido para os interesses políticos dos que o estão deixando. "Não há motivação ideológica nesse novo partido, que os dissidentes querem formar", afirmou Dias. Ele considera "legítimo" o interesse dos dissidentes, mas disse "não aceitar que eles justifiquem de forma insincera sua saída. Dizer que estão saindo porque o PMDB precisa voltar às suas origens é um discurso conservador porque o programa e as origens do PMDB estão ultrapassados".